



REGULAMENTO DA INTERBOLSA N.º 6/2001 – Alteração ao Regulamento da Interbolsa n.º 3/2000, relativo às regras operacionais gerais de funcionamento dos sistemas centralizados de valores mobiliários.

Ao abrigo do disposto no artigo 89.º do Código dos Valores Mobiliários e no artigo 32.º do Regulamento da CMVM n.º 14/2000, e de acordo com as competências que lhe são atribuídas pela alínea a) do n.º 2 do artigo 13.º, aplicável por força do disposto no n.º 3 do artigo 34.º, ambos do Decreto-Lei n.º 394/99, de 13 de Outubro, o Conselho de Administração da INTERBOLSA – Sociedade Gestora de Sistemas de Liquidação e de Sistemas Centralizados de Valores Mobiliários, S.A. (INTERBOLSA), deliberou aprovar o seguinte regulamento:

Artigo 1.º

É alterada a epígrafe da Secção I, do Capítulo I, do Título V e o artigo 33.º do Regulamento da Interbolsa n.º 3/2000, os quais passaram a ter a seguinte redacção:

SECÇÃO I – Movimentos inerentes à liquidação física de operações realizadas em mercado e de operações liquidadas através do Sistema de Liquidação *Plus e Real Time*

Artigo 33.º

(Procedimentos)

1. Os movimentos, a débito e a crédito, inerentes à liquidação física de operações realizadas em mercado e de operações registadas para serem liquidadas através dos Sistemas de Liquidação *Plus e Real Time*, realizam-se após comunicação dos sistemas de liquidação à Central das informações necessárias a essa movimentação, sendo que:

a) (...)

b) (...)

2. A libertação dos valores referida na alínea b) do número anterior, ocorre:

a) (...)

b) No caso das operações processadas através dos Sistemas de Liquidação *Plus e Real Time*, após a recepção de cada instrução do Banco de Portugal a informar a INTERBOLSA do resultado da liquidação financeira, a Central vai tornando efectivos, por intermediário financeiro, os créditos provisórios.

Artigo 2.º

(Entrada em vigor)

O presente regulamento entra em vigor em 03 de Setembro de 2001.

INTERBOLSA
O Conselho de Administração